

Videolar S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Videolar S.A.
Manaus - AM

Examinamos as demonstrações financeiras da Videolar S.A. (“Companhia”), identificadas como individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, controladora e consolidado da Videolar S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos***Demonstrações contábeis de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente***

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 11 de março de 2012, que não conteve nenhuma modificação.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2012, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3 “E” que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2011. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas referentes ao exercício de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras, de 2011, controladora e consolidado, tomadas em conjunto.

Não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas correspondentes ao exercício anterior

Conforme nota explicativa nº 3 “A”, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possuía investidas de forma que não estão sendo apresentados saldos consolidados comparativos referentes a esse período.

São Paulo, 9 de agosto de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Mateus de Lima Soares
Contador CRC RJ-079681/O-0

Videolar S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	Passivo	Nota	Controladora		Consolidado
		2012	2011	2012			2012	2011	2012
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	30.076	23.108	61.112	Empréstimos e financiamentos	14	123.788	63.889	123.788
Aplicações financeiras	7	-	-	6.819	Fornecedores	15	168.927	144.222	176.409
Contas a receber	8	97.389	261.674	306.953	Obrigações com pessoal e encargos sociais		8.406	8.865	10.790
Estoques	9	155.174	142.384	203.057	Obrigações fiscais		1.706	7.402	5.986
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	27	4.207	5.093	4.488	Impostos parcelados		-	1.545	-
Impostos a recuperar	10	69.564	4.803	69.720	Royalties a pagar	19	6.107	20.561	6.107
Outras contas a receber		13.791	9.066	14.973	Investimentos a pagar	18	23.750	-	23.750
Despesas antecipadas		323	195	422	Dividendos e participações		-	-	17.084
		<u>370.524</u>	<u>446.323</u>	<u>667.544</u>	Cessão de direitos autorais	16	192	174.221	237.005
					Outras obrigações		<u>13.977</u>	<u>17.676</u>	<u>24.396</u>
							346.853	438.381	625.315
Não circulante					Não circulante				
Depósitos e cauções	17	16.443	42.904	16.443	Imposto de renda diferido	27	39.688	28.900	39.688
		<u>16.443</u>	<u>42.904</u>	<u>16.443</u>	Empréstimos e financiamentos	14	177.505	123.301	177.505
					Investimentos a pagar	18	11.875	-	11.875
Participação em empresas controladas	11	76.236	-	-	Provisão para contingências	17	13.784	12.926	13.784
Imobilizado	12	791.738	668.924	835.106			<u>242.852</u>	<u>165.127</u>	<u>242.852</u>
Intangível	13	8.549	8.310	22.893			<u>242.852</u>	<u>165.127</u>	<u>242.852</u>
		<u>876.523</u>	<u>677.234</u>	<u>857.999</u>	Patrimônio líquido				
		<u>892.966</u>	<u>720.138</u>	<u>874.442</u>	Capital social	20	536.005	465.464	536.005
					Reserva de ágio na emissão de ações	20.a	-	8.424	-
					Ações em tesouraria		-	(3.425,00)	-
					Reservas de lucros	20.c	58.557	13.022	58.557
					Ajuste de avaliação patrimonial	20.b	79.223	79.468	79.223
							<u>673.785</u>	<u>562.953</u>	<u>673.785</u>
					Patrimônio líquido atribuível aos controladores				
							-	-	34
							<u>673.785</u>	<u>562.953</u>	<u>673.819</u>
					Participação de não controladores				
							<u>1.263.490</u>	<u>1.166.461</u>	<u>1.541.986</u>
		<u>1.263.490</u>	<u>1.166.461</u>	<u>1.541.986</u>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ações)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	Nota	2012	2011	2012
Receita operacional líquida	21	787.273	885.983	1.038.901
Custo das vendas	22	<u>(676.636)</u>	<u>(732.424)</u>	<u>(857.109)</u>
Lucro operacional bruto		110.637	153.559	181.792
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas de vendas		(19.665)	(50.676)	(50.223)
Despesas administrativas	23	(102.789)	(101.563)	(136.748)
Resultado de equivalência patrimonial		(4.304)	-	-
Realização de mais valia e AVP		(1.510)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	<u>89.761</u>	<u>32.684</u>	<u>83.037</u>
		<u>(38.507)</u>	<u>(119.555)</u>	<u>(103.934)</u>
Receitas financeiras		3.735	1.555	5.256
Despesas financeiras		(8.820)	(4.323)	(16.100)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		<u>(22.002)</u>	<u>(17.042)</u>	<u>(21.968)</u>
Receita (despesas) financeiras líquidas	25	(27.087)	(19.810)	(32.812)
Resultado antes dos impostos		45.043	14.194	45.046
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	<u>(10.787)</u>	<u>(394)</u>	<u>(10.787)</u>
Lucro do exercício antes da participação de não controladores		<u>34.256</u>	<u>13.800</u>	<u>34.259</u>
Participação de não controladores			-	(3)
Lucro do exercício		<u>34.256</u>	<u>13.800</u>	<u>34.256</u>
Lucro por ação				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2012	2011	2012
Resultado do exercício	34.256	13.800	34.256
Resultados abrangentes			
Perdas com participação em controladas	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	-	-	-
Resultado abrangente total	34.256	13.800	34.256
Resultado abrangente atribuível aos			
Acionistas controladores	-	-	34.259
Acionistas não controladores	-	-	(3)
Resultado abrangente total	<u>34.256</u>	<u>13.800</u>	<u>34.256</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012
Fluxos de caixa proveniente das operações			
Lucro líquido do exercício	34.256	13.800	34.256
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais			
Depreciação e amortização	29.866	30.604	34.430
Imposto de renda diferido e corrente	10.788	394	10.788
Resultado de equivalência patrimonial	4.304	-	-
Provisão para contingências	858	(20.057)	859
Baixa do ativo imobilizado e intangível	34.010	1.497	42.985
Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(13.230)	2.850	6.922
Provisões para obsolescência	(339)	2.669	(429)
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com empresas ligadas, financiamentos e obrigações fiscais, e depósitos judiciais, líquido	3.609	2.600	7.231
	<u>104.122</u>	<u>34.357</u>	<u>137.042</u>
Redução (aumento) nos ativos			
Duplicatas e títulos a receber	63.051	(22.833)	156.895
Aplicações financeiras	-	-	(6.819)
Estoques	(45.278)	(39.480)	2.038
Impostos a recuperar	(63.875)	(2.202)	(64.161)
Outros	21.516	(10.993)	22.118
	<u>(24.586)</u>	<u>(75.508)</u>	<u>110.071</u>
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores	29.353	118.495	20.093
Investimentos a pagar	35.625	-	-
Royalties a pagar	(14.454)	-	(14.454)
Salários e encargos sociais	(226)	662	(417)
Cessão de direitos autorais	(37.400)	-	(186.282)
Outros	(10.941)	(10.481)	20.843
	<u>1.957</u>	<u>108.676</u>	<u>(160.217)</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	<u>81.493</u>	<u>67.525</u>	<u>86.896</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
Redução das reservas	-	-	-
Aquisições de imobilizado	(208.984)	(219.003)	(203.641)
Aquisições de intangível	-	-	(11.513)
Aquisição de investimentos	(80.540)	-	(16.618)
Venda de ativo intangível	-	(136)	-
Redução de capital em controlada	-	-	-
	<u>(289.524)</u>	<u>(219.139)</u>	<u>(231.772)</u>
Recursos líquidos das provisões das atividades de investimento	<u>(289.524)</u>	<u>(219.139)</u>	<u>(231.772)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento			
Captação de financiamentos	209.588	133.018	209.589
Pagamento de financiamentos e juros	(103.283)	(4.543)	(103.284)
Subscrição de ações	-	8.424	-
Recompra de acionistas não controladores	-	(3.425)	-
Cisão da controlada AMZ, líquido do caixa cindido	(15.382)	-	-
Integralização de capital	85.867	-	85.867
Reserva de capital	42.256	-	(5.244)
Aquisição de investimentos	-	(8.159)	-
Dividendos pagos	(4.047)	-	(4.047)
	<u>214.999</u>	<u>125.315</u>	<u>182.881</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento	<u>214.999</u>	<u>125.315</u>	<u>182.881</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	<u>6.968</u>	<u>(26.299)</u>	<u>38.004</u>
Disponibilidades no início do exercício	23.108	49.407	23.108
Disponibilidades no fim do exercício	<u>30.076</u>	<u>23.108</u>	<u>61.112</u>
Pagamentos de juros efetuados durante o ano	-	-	-
Variação no caixa e equivalentes no exercício	<u>6.968</u>	<u>(26.299)</u>	<u>38.004</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Atribuível aos acionistas controladores												
Nota	Capital social		Reserva de capital		Reservas de lucro					Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	(-) Capital social a integralizar	Ações em tesouraria	Reserva de ágio na emissão de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados			Total
Saldos em 01 de janeiro de 2011	465.464	-	-	-	79.713	1.801	-	5.335	-	552.313	-	552.313
Dividendos pagos antecipadamente - AGO 30/05/2011	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.140)	(5.140)	-	(5.140)
Dividendos de exercícios anteriores pagos AGE 01/06/2011	-	-	-	-	-	-	-	(3.019)	-	(3.019)	-	(3.019)
Realização de Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(245)	-	-	-	245	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	13.800	13.800	-	13.800
Reserva legal	-	-	-	-	-	690	-	-	(690)	-	-	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	8.215	(8.215)	-	-	-
Subscrições de Ações	-	-	-	8.424	-	-	-	-	-	8.424	-	8.424
Recuperação de Ações	-	-	(3.425)	-	-	-	-	-	-	(3.425)	-	(3.425)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	465.464	-	(3.425)	8.424	79.468	2.491	-	10.531	-	562.953	-	562.953
Capitalização ágio emissão ações AGO/AGE 04/2012	20.a	8.424	-	-	(8.424)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	105.243	(19.376)	-	-	-	-	-	(4.047)	-	85.867	-	85.867
Dividendos pagos conforme AGE 04/2012	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.047)	(4.047)	-	(4.047)
Realização de Ajuste de Reavaliação patrimonial	-	-	-	-	(245)	-	-	-	245	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	34.256	34.256	-	34.256
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	37
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	-	-	32.788	(32.788)	-	-	-
Constituição de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	42.256	-	42.256	-	42.256
Cisão - AMZ Mídia S.A	(23.750)	-	-	-	-	(1.890)	-	(21.860)	-	(47.500)	-	(47.500)
Constituição do incentivo fiscal	-	-	-	-	-	-	13.982	(13.982)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	1.717	-	(4)	(1.713)	-	-	-
Cancelamento Estoque de Ações	-	-	3.425	-	-	-	-	(3.425)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	555.381	(19.376)	-	-	79.223	2.318	13.982	42.257	-	673.785	34	673.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Informações sobre o Grupo e contexto operacional

A Videolar S.A. (“Videolar”, “Companhia”, e “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da sede social da empresa fica na Avenida Açaí, nº 287, Distrito Industrial, CEP 69041-025, localizada em Manaus - AM. A Companhia atua no segmento de Resinas Plásticas (Poliestireno), atendendo clientes dos setores de Eletroeletrônicos, Plásticos, Descartáveis, Alimentos, entre outros. É fabricante de Mídias Virgens (CD-R, DVD-R e pen-drives), das marcas Nipponic® e Emtec®.

Em 2012 expandiu seus negócios e finalizou a construção de uma nova Unidade Industrial (Unidade Fazenda Vitória) em uma área de 289.000 m² com uma área construída de 69.000 m².

Esta Unidade tem como finalidade principal a produção dos filmes de BOPP (filme de polipropileno bi-orientado), com ampla utilização em embalagens plásticas no ramo alimentício e industrial.

Fazem parte dos novos segmentos de negócios, que já estão sendo industrializados, a produção de tampas plásticas, chapas de PP (polipropileno), PS (poliestireno) e PP cast (Filme de polipropileno).

Em abril de 2012 a Videolar S.A. adquiriu o controle da AMZ Mídia Industrial S.A. (“AMZ” e “Controlada”), empresa criada a partir da cisão parcial da própria Videolar e da Microservice Tecnologia Digital da Amazônia Ltda. Com isso, a partir desta data a Companhia está sendo considerada como Grupo Videolar S.A. (“o Grupo”).

A AMZ tem sua planta situada em Manaus – AM e atua nas seguintes atividades:

(a) fornecimento de tecnologia baseada em mídia óptica digital por meio de soluções de última geração para toda a cadeia de suprimento da indústria fonográfica, cinematográfica, de software e outras; (b) fabricação e distribuição no Brasil de produtos de mídia óptica, tais como Discos Compactos (CDs) e Discos de Vídeo Digital (DVDs) e Blu-rays.

2 Aquisições de controladas e participações de não controladores

Combinação de negócios

Em 28 de maio de 2012 a Companhia adquiriu o controle da AMZ Mídia Industrial S/A, empresa criada por meio da cisão parcial da Companhia e da Microservice Tecnologia Digital da Amazônia Ltda., para atuar na exploração do negócio de mídias óticas pré-gravadas.

Estão sendo adquiridas 4.750.000 ações preferências classe B representativas de 49,95% do capital social da adquirida. Como resultado, a participação acionária da Companhia passou para 99,95% do capital da adquirida.

Desde a aquisição até 31 de dezembro de 2012, a AMZ Mídia Industrial S.A. contribuiu com uma receita bruta de R\$ 311.090.

As cláusulas do acordo de aquisição garantem o controle a favor da Companhia.

A contraprestação transferida a valor justo na data da aquisição totaliza R\$47.500, assim discriminada:

Passivo assumido perante os ex-proprietários no montante de R\$47.500 com pagamento em 24 parcelas fixas de R\$1.979. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo do passivo totaliza R\$35.625;

O ágio pago compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundo das sinergias decorrentes da aquisição e de ativos intangíveis adquiridos que não são identificáveis na data da aquisição.

É esperado que o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gere benefícios fiscais futuros.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da AMZ na data da aquisição é apresentado a seguir:

	Valor contábil	Valor justo	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	27.949	-	27.949
Contas a receber	94.632	-	94.632
Estoques	29.455	-	29.455
Imobilizado e intangível	20.361	5.396	25.757
Outros ativos	1.851	-	1.851
Relacionamento com clientes	-	2.884	2.884
	174.248	8.280	182.528
	Valor contábil	Valor justo	Valor justo reconhecido na aquisição
Passivo			
Fornecedores	(12.201)	-	(12.201)
Cessão de direitos a pagar	(112.436)	-	(112.436)
Dividendos a pagar	(17.084)	-	(17.084)
Provisões	(2.111)	-	(2.111)
	(143.832)		(143.832)
Total de ativos identificáveis líquidos			38.696
Ágio na aquisição			8.804
Total da contraprestação			47.500

Os critérios de avaliação a valor justo dos principais ativos e passivos identificáveis podem ser assim resumidos:

- a. Imobilizado: A avaliação foi elaborada segundo as Normas Brasileiras - NBR da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, especificamente a NBR 14653, Partes 1, 5 referentes, respectivamente à Procedimentos Gerais e Máquinas, Equipamentos, Instalações e Bens Industriais em Geral; IBAPE Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia; e as normas internacionais da 8ª edição do RED BOOK-RICS;
- b. Relacionamento com clientes: foi avaliado com a aplicação do método MPEEM (Multi-Period Excess-Earnings Method), sendo este uma abordagem da Renda. O método MPEEM considera que o valor de um ativo intangível é igual ao valor presente dos fluxos de caixa futuros atribuíveis a ele;
- c. Demais ativos e passivos - foram avaliados de acordo com a natureza dos mesmos, sendo que foram mantidos pelo valor contábil, visto que o valor justo se aproxima desse valor.

Conforme estabelecido pelo CPC 15, a Companhia possui um período de 12 meses a contar da data de aquisição para completar a alocação final do preço pago, o qual será terminado em 2013.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava a seguinte posição de investimentos:

	Controladora
Saldos 31 de dezembro de 2011	-
Constituição	50
Integralização via cisão	47.500
Aquisição	38.696
Ágio	8.804
Equivalência	(4.304)
Realização da mais valia e AVP	(1.510)
Dividendos	(13.000)
	<hr/>
Saldos 31 de dezembro de 2012	<u>76.236</u>

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados no resultado quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos, se houver em contratos hospedeiros na adquirida.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações - Lei das S.As., considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação de investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente.

A aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de agosto de 2013.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possuía investida, de forma que não estão sendo apresentados saldos consolidados comparativos referentes aquele período.

b. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas referentes a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – perda estimada para crédito de liquidação duvidosa
- Nota 12 – Ativo Imobilizado – revisão da vida útil

- Nota 17 – Provisões para contingências
- Nota 26 (a) – Imposto de renda e contribuição social diferidos.

e. Mudanças de apresentação

Objetivando melhor apresentação das demonstrações financeiras da controlada, em 31 de dezembro de 2011, e melhor comparabilidade dos saldos, a Companhia efetuou algumas reclassificações, conforme demonstrado abaixo:

Ativo	Divulgado 2011	Reclassificações	Reclassificado 2011
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	23.108	-	23.108
Clientes	101.288	160.386 (a)	261.674
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.742)	17.742 (b)	-
Estoques	161.348	(18.964) (c)	142.384
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	5.093	-	5.093
Impostos a recuperar	4.803	-	4.803
Outras contas a receber	9.345	(279) (d)	9.066
Adiantamento a fornecedores	30.324	(30.324) (e)	-
Despesas antecipadas	195	-	195
	<u>317.762</u>	<u>128.561</u>	<u>446.323</u>
Não circulante			
Depósitos e cauções	<u>42.904</u>	<u>-</u>	<u>42.904</u>
	42.904	-	42.904
Imobilizado	619.636	49.288 (e)	668.924
Intangível	<u>8.310</u>	<u>-</u>	<u>8.310</u>
	<u>627.946</u>	<u>49.288</u>	<u>677.234</u>
	670.850	49.288	720.138
	<u>988.612</u>	<u>177.849</u>	<u>1.166.461</u>

Videolar S.A.
Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Passivo	Divulgado 2011	Reclassificações	Reclassificado 2011
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	63.889	-	63.889
Fornecedores	144.222	-	144.222
Obrigações com pessoal e encargos sociais	8.865	-	8.865
Obrigações fiscais	7.402	-	7.402
Royalties a pagar	20.561	-	20.561
Impostos parcelados	1.545	-	1.545
Comissões a pagar	871	(871) (f)	-
Frete a pagar	6.311	(6.311) (f)	-
Cessão de direitos autorais	-	174.221 (g)	174.221
Outras obrigações	6.866	10.811 (f)	17.676
	<u>260.532</u>	<u>177.849</u>	<u>438.381</u>
Não circulante			
Imposto de renda diferido	28.900	-	28.900
Empréstimos e financiamentos	123.301	-	123.301
Provisão para contingências	12.926	-	12.926
	<u>165.127</u>	<u>-</u>	<u>165.127</u>
	<u>165.127</u>	<u>-</u>	<u>165.127</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	465.464	-	465.464
Ágio na emissão de ações	8.424	-	8.424
Ações em tesouraria	(3.425)	-	(3.425)
Reservas de lucros	13.022	-	13.022
Ajuste de avaliação patrimonial	79.468	-	79.468
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	<u>562.953</u>	<u>-</u>	<u>562.953</u>
Participação de não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>562.953</u>	<u>-</u>	<u>562.953</u>
	<u>988.612</u>	<u>177.849</u>	<u>1.166.461</u>

Videolar S.A.
*Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

	Divulgado 2011	Reclassificações	Reclassificado 2011
Receita operacional líquida	885.983	-	885.983
Custo das vendas	(732.424)	-	(732.424)
Lucro operacional bruto	153.559	-	153.559
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas de vendas	(49.478)	(1.198) (h)	(50.676)
Despesas administrativas	(69.364)	(32.199) (h)	(101.563)
Despesas industriais / Tecnologia	(35.818)	35.818 (h)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	35.105	(2.421) (h)	32.684
	(119.555)	-	(119.555)
Receitas financeiras	23.807	(22.252) (i)	1.555
Despesas financeiras	(43.617)	39.294 (i)	(4.323)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	(17.042) (i)	(17.042)
Receita (despesas) financeiras líquidas	(19.810)	-	(19.810)
Resultado antes dos impostos	14.194	-	14.194
Imposto de renda e contribuição social	-		-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(394)		(394)
Lucro do exercício antes da participação de não controladores	13.800	-	13.800
Participação de não controladores	-	-	-
Lucro do exercício	13.800	-	13.800

- (a) Reclassificação de "Cessão de direitos autorais" e "Adiantamento de clientes" para o passivo circulante.
- (b) Reclassificação para a rubrica de "Clientes".
- (c) Reclassificação do saldo de "Estoque de reposição de ativo permanente" para a rubrica "Imobilizado".
- (d) Reclassificação de "Provisão de sinistro a receber" da rubrica de "Clientes" para "Outras contas a receber".
- (e) Reclassificação do saldo de "Adiantamento de fornecedores" para "Imobilizado".
- (f) Reclassificação do saldo para a rubrica "Outras Obrigações".

- (g) Reclassificação de "Cessão de direitos autorais" para a rubrica para o passivo circulante.
- (h) Realocação do saldo "Despesas industriais" para "Despesas administrativas", "Despesas de vendas" e "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas.
- (i) Reclassificação das variações cambiais.

4 Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.1 Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades.

Quando da determinação da existência de controle, a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- o valor justo da contraprestação transferida; mais
- o montante reconhecido de qualquer participação de não controladores na adquirida; mais
- se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação na adquirida antes da aquisição; menos
- o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor é negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Os custos da transação, exceto os custos relacionados a emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, que a Companhia incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2 Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no Exterior

Os ativos e passivos de operações no Exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no Exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido.

4.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de

caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída perda estimada para crédito de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos, cuja recuperação é considerada duvidosa.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

(iv) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(v) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que devam ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

4.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esse seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual foram revisados em 31 de dezembro de 2012.

4.5 Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é apresentado com os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa 2.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Com relação às investidas registradas pelo método de equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e qualquer perda por redução ao valor recuperável é alocada para o valor contábil do investimento como um todo.

(ii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) Amortização

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- Marcas e patentes 5 anos
- Software 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

4.6 Investimentos

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

4.7 Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis, baseados na capacidade operacional normal. A avaliação dos estoques não excede o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.8 Redução ao valor recuperável – Impairment

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(i) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda acumulada que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer

redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

Caso o valor justo de um ativo financeiro de dívida (*debt security*) disponível para venda para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável apresente aumento, em um período subsequente, e o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento que ocorra após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida no resultado, então a perda de valor é revertida com o valor da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

4.10 Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à

propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(ii) Prestação de serviços

A receita com a prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de elaboração das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência às pesquisas de trabalhos realizados.

4.11 Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo do Estado do Amazonas e de que serão auferidas e são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A Videolar e a AMZ são beneficiárias dos seguintes incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Amazonas:

a. ICMS

Os créditos por incentivos fiscais relativos ao reembolso do ICMS foram contabilizados no resultado do exercício da Companhia.

Incentivo	Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012
Benefício fiscal do ICMS na saída de bens intermediários;	80.504	108.982	111.314

b. Imposto de renda

A Companhia possui aprovação de seu empreendimento pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, gozando dos direitos de isenção e redução do imposto de renda e quaisquer adicionais não restituíveis, devendo capitalizar o valor do benefício de acordo com o Decreto-Lei nº 756 de 1969.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia encontrava-se adimplente com todos os requisitos legais para benefício desses incentivos.

4.12 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos

de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

4.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias:

- sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;

- relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração do imposto diferido reflete as conseqüências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensurados ao valor justo, a presunção que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperada por venda não foi refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

(iii) *Exposições fiscais*

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações pode se tornar disponíveis, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

4.14 Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostas pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% do CDI para mercado interno e Libor para mercado externo.

A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.

- Contas a pagar a fornecedores compostos pelas compras a prazo. A taxa de desconto é calculada pela média mensal do DI.

4.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009): – O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseados no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

- IFRS 10 Consolidated Financial Statements (Demonstrações Financeiras Consolidadas) (CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas), IFRS 11 Joint Arrangements (Negócios em conjunto) (CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto) e IFRS 12 Disclosure of Interests in Other Entities (Divulgação de Participações em Outras Entidades) (CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades).

O IFRS 10 / CPC 36 (R2) introduz um modelo de controle único para determinar se um investimento deveria ser consolidado.

De acordo com o IFRS 11 / CPC 19 (R2), a estrutura de um negócio em conjunto, embora ainda seja uma consideração importante, não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio em conjunto e, conseqüentemente, da contabilização subsequente.

- A participação da Companhia em uma operação em conjunto, que é um acordo no qual as partes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, será contabilizada com base na participação da Companhia sobre esses ativos e passivos.
- A participação da Companhia em um empreendimento controlado em conjunto (joint venture), que é um acordo no qual as partes têm direitos sobre os ativos líquidos, será registrada por equivalência patrimonial.

O IFRS 12 / CPC 45 consolida em uma única norma todos os requerimentos de divulgação sobre a participação de uma entidade em controladas, negócios em conjunto, coligadas e entidades estruturadas não consolidadas. A Companhia está atualmente avaliando os requerimentos de divulgação nas suas subsidiárias, participações em negócios em conjunto e coligadas e entidades estruturadas não consolidadas em comparação com as divulgações existentes. O IFRS 12 / CPC 45 requer a divulgação da informação sobre a natureza, riscos e efeitos financeiros dessas participações.

Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 13 Fair Value Measurement (Mensuração do Valor Justo) (CPC 46 – Mensuração do Valor Justo): O IFRS 13 / CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersada em outras IFRS. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13 / CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRS. A Companhia está atualmente revisando sua metodologia de determinação de valor justo (veja nota explicativa nº 4). O IFRS 13 / CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
- Amendments to IAS 19 Employee Benefits (2011) (Alterações ao IAS 19 Benefícios a Empregados) (CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados) – O IAS 19(2011) / CPC 33(R1) altera a definição de benefícios de curto e longo prazo para clarificar a distinção entre os dois. Para planos de benefício definido, a remoção da escolha de política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais não deve ter impacto na Companhia. Entretanto, a Companhia talvez tenha que avaliar o impacto das mudanças nos princípios de mensuração do retorno esperado sobre os ativos do plano. O IAS 19(2011) / CPC 33(R1) é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Investments in Associates (Investimento em coligada) (CPC 18(R2) - Investimento em coligada) (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas.

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta alteração não terá impacto nas informações financeiras da Companhia.

- IAS 32 Financial Instruments: Presentation (Instrumentos financeiros: Apresentação) e IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures (Instrumentos financeiros: Evidenciação) (CPC 39 Instrumentos financeiros: Apresentação / CPC 40(R1) Instrumentos financeiros: Evidenciação) – As alterações têm o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros. Estas alterações endereçam as inconsistências encontradas na prática quando aplicados os critérios de compensação no IAS 32. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta alteração não terá impacto nas informações contábeis da Companhia.

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) *Imobilizado*

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

(ii) *Ativos intangíveis*

O valor justo de ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

(iii) *Contas a receber de clientes e outros créditos*

O valor justo de contas a receber e outros créditos, excluindo obra em andamento, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

(iv) *Outros passivos financeiros não derivativos*

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2012	2011	2012
Disponibilidades	30.076	19.947	61.073
Aplicação financeira	-	3.161	39
	<u>30.076</u>	<u>23.108</u>	<u>61.112</u>

Aplicação financeira em títulos de renda fixa com remuneração de 99,50% da CDI e possuem liquidez imediata.

7 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012
Aplicação financeira	-	-	6.819
	-	-	6.819

Aplicação financeira em títulos de renda fixa com remuneração de 99,50% de CDI que não possuem liquidez imediata, sendo resgatáveis com o próprio emissor.

8 Contas a receber

As contas a receber incluem os recebíveis dos clientes Videolar e clientes distribuídas da AMZ.

A seguir apresentamos os montantes a receber, em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012
Clientes	102.106	291.068	324.568
Partes relacionadas (Nota 28)	11.446	-	18.701
Total contas a receber	113.552	291.068	343.269
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(16.163)	(29.394)	(36.316)
	97.389	261.674	306.953

A provisão para perda é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para atendimento a eventuais perdas na realização dos créditos, considerando a análise individual dos devedores e cuja inadimplência supera 180 dias, conforme demonstrado no quadro de *aging* abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012
Valores a vencer	105.133	219.561	277.125
Valores Vencidos			
até 30 dias	4.537	21.546	22.531
de 31 a 60 dias	557	8.598	9.461

	Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012
de 61 a 90 dias	1.590	3.698	5.659
de 91 a 180 dias	165	8.087	6.784
Acima de 180 dias	1.570	29.578	21.709
Total Vencido	8.419	71.507	66.144
Contas a receber	113.552	291.068	343.269

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012
Saldo no início do ano	29.394	27.641	29.394
Complemento de provisão no exercício	427	8.255	20.580
Valores baixados da provisão	(13.658)	(6.502)	(13.658)
Saldo em 31 de dezembro	16.163	29.394	36.316

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição de clientes finais da Companhia ser altamente diversificada. A Companhia possui mais de 11.900 mil clientes ativos na carteira e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita ou das contas a receber em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012
Matéria-prima	62.759	53.090	67.010
Produtos em elaboração	8.213	8.472	8.743
Produtos acabados	68.593	61.181	98.677
Material gráfico e embalagens	1.600	4.421	7.946
Outros materiais	42	1.193	6.109
Importação em andamento	13.967	14.027	14.572
	155.174	142.384	203.057

A movimentação da provisão para obsolescência é como segue:

	Controladora/ Consolidado	Controladora
	2012	2011
Saldo no início do ano	(5.663)	(4.298)
Complemento de provisão no exercício	(2.910)	(2.669)
Valores baixados da provisão	3.249	1.304
	(5.324)	(5.663)

10 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012
ICMS a recuperar	1.476	1.987	1.479
PIS/COFINS a recuperar	264	-	398
PIS/COFINS processo fiscal (i)	65.923	-	65.923
IPI a recuperar	1.415	1.854	1.415
Outros	486	962	505
	69.564	4.803	69.720

- (i) A companhia obteve sentença favorável Mandado de Segurança 2006.3200.005991-8 que versa sobre a exclusão do ICMS da Base do PIS/COFINS, desta forma, este processo esta transitado em julgado, gerando um crédito tributário com saldo em 31/12/2012 de R\$ 65.923.

11 Participação em empresas controladas

	Part. %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Patrimônio líquido	Total de passivos	Receita	Despesas	Lucro ou (prejuízo)	Participação do grupo nos lucros/ (prejuízos)
AMZ Mídia Industrial S.A.	99,95%	303.248	42.039	345.287	284.577	60.710	345.287	311.090	(315.396)	(4.306)	(4.304)
31 de dezembro de 2012		<u>303.248</u>	<u>42.039</u>	<u>345.287</u>	<u>284.577</u>	<u>60.710</u>	<u>345.287</u>	<u>311.090</u>	<u>(315.396)</u>	<u>(4.306)</u>	<u>(4.304)</u>

Composição do investimento:

	Controladora
Saldos 31 de dezembro de 2011	-
Constituição	50
Integralização via cisão	47.500
Aquisição	38.696
Ágio	8.804
Equivalência	(4.304)
Realização da mais valia e AVP	(1.510)
Dividendos	<u>(13.000)</u>
Saldos 31 de dezembro de 2012	<u>76.236</u>

12 Imobilizado

	Controladora												
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Instalações Industriais	Móveis e Utensílios	Equipos de Proc. De Dados	Veículos	Moldes e Ferramentas	Equipamentos de Telefonia	Provisão não Recuperacao (i)	Imobilizado em Andamento	Importação em Andamento	Total
Saldos 31 de dezembro de 2010	101.226	114.008	450.140	65.539	36.134	16.315	671	34.274	1.100	(12.352)	115.842	428	923.325
Adições	-	-	98	-	-	7	-	-	-	(7.600)	33.151	209.851	235.507
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.583	7.583
Baixa	(1.570)	-	-	-	-	-	(92)	-	-	-	(13.691)	-	(15.353)
Transferência	-	1.932	20.873	4.381	110	1.595	160	238	21	-	111.127	(143.961)	(3.524)
Saldos 31 de dezembro de 2011	99.656	115.940	471.111	69.920	36.244	17.917	739	34.512	1.121	(19.952)	246.429	73.901	1.147.538
Adições	-	17	379	-	41	50	-	9	-	-	165.581	14.965	181.042
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.233	24.233
Baixa	-	(3.835)	(91.983)	(132)	(3.694)	(343)	(384)	(986)	-	19.952	(36.708)	-	(118.113)
Transferência	-	6.055	82.855	7.843	1.742	662	184	105	-	-	(34.830)	(64.616)	-
Cisão	-	(279)	(70.654)	(437)	(1.065)	(143)	-	-	(2)	-	-	-	(72.580)
Saldos 31 de dezembro de 2012	99.656	117.898	391.708	77.194	33.268	18.143	539	33.640	1.119	-	340.472	48.483	1.162.120
Depreciação													
Saldos 31 de dezembro de 2010	-	(23.459)	(322.267)	(33.577)	(33.555)	(13.932)	(415)	(21.644)	(965)	-	-	-	(449.814)
Depreciação do exercício	-	(1.702)	(15.178)	(6.367)	(551)	(1.358)	(112)	(3.722)	(38)	-	-	-	(29.028)
Baixa	-	-	-	-	17	63	85	53	10	-	-	-	228
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2011	-	(25.161)	(337.445)	(39.944)	(34.089)	(15.227)	(442)	(25.313)	(993)	-	-	-	(478.614)
Depreciação do exercício	-	(3.677)	(16.483)	(4.690)	(521)	(1.147)	(120)	(1.884)	(29)	-	-	-	(28.551)
Baixa	-	1.296	74.007	130	3.594	251	261	628	-	-	-	-	80.167
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cisão	-	-	55.420	137	1.009	48	-	-	2	-	-	-	56.616
Saldos 31 de dezembro de 2012	-	(27.542)	(224.501)	(44.367)	(30.007)	(16.075)	(301)	(26.569)	(1.020)	-	-	-	(370.382)
Valor residual													
Saldos 31 de dezembro de 2012	99.656	90.356	167.207	32.827	3.261	2.068	238	7.071	99	-	340.472	48.483	791.738
Saldos 31 de dezembro de 2011	99.656	90.779	133.666	29.976	2.155	2.690	297	9.199	128	(19.952)	246.429	73.901	668.924
Saldos 31 de dezembro de 2010	101.226	90.549	127.873	31.962	2.579	2.383	256	12.630	135	(12.352)	115.842	428	473.511
Taxa média de depreciação anual	0,0%	2,5%	9,1%	9,6%	9,6%	18,7%	18,6%	13,8%	9,5%	0,0%	0,0%	0,0%	7,6%

Custo	Consolidado											Total	
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Instalações Industriais	Móveis e Utensílios	Equipos de Proc. De Dados	Veículos	Moldes e Ferramentas	Equipamentos de Telefonia	Provisão não Recuperação (i)	Imobilizado em Andamento		Importação em Andamento
Saldos 31 de dezembro de 2011 não consolidado	99.656	115.940	471.111	69.920	36.244	17.917	739	34.512	1.121	(19.952)	246.429	73.901	1.147.538
Adições	-	17	5.369	81	56	50	-	9	-	-	165.581	14.965	186.128
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.233	24.233
Baixa	-	(3.835)	(124.024)	(132)	(4.124)	(343)	(414)	(986)	-	19.952	(36.708)	-	(150.614)
Transferência	-	6.055	82.855	7.843	1.742	662	184	105	-	-	(34.830)	(64.616)	-
Cisão AMZ	-	(279)	68.081	3.648	615	3.084	446	-	(2)	-	-	-	75.593
Mais valia na combinação de negócio (*)	-	-	4.915	35	17	117	77	4	-	-	-	-	5.165
Saldos 31 de dezembro de 2012	99.656	117.898	508.307	81.395	34.550	21.487	1.032	33.644	1.119	-	340.472	48.483	1.288.043
Depreciação													
Saldos 31 de dezembro de 2011 não consolidado	-	(25.161)	(337.445)	(39.944)	(34.089)	(15.227)	(442)	(25.313)	(993)	-	-	-	(478.614)
Depreciação do exercício	-	(3.677)	(19.999)	(4.827)	(569)	(1.228)	(151)	(1.884)	(29)	-	-	-	(32.364)
Baixa	-	1.296	100.070	130	4.014	251	291	628	-	-	-	-	106.680
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cisão AMZ	-	-	(42.107)	(2.733)	(310)	(2.747)	(295)	-	3	-	-	-	(48.189)
Mais valia na combinação de negócio (*)	-	(1)	(439)	-	(3)	(1)	-	(6)	-	-	-	-	(450)
Saldos 31 de dezembro de 2012	-	(27.543)	(299.920)	(47.374)	(30.957)	(18.952)	(597)	(26.575)	(1.019)	-	-	-	(452.937)
Valor residual													
Saldos 31 de dezembro de 2012	99.656	90.355	208.387	34.021	3.593	2.535	435	7.069	100	-	340.472	48.483	835.106
Saldos 31 de dezembro de 2011	99.656	90.779	133.666	29.976	2.155	2.690	297	9.199	128	(19.952)	246.429	73.901	668.924
Taxa média de depreciação anual	0,0%	1,3%	12,6%	10,3%	9,9%	19,8%	19,3%	11,9%	9,8%	0,0%	0,0%	0,0%	7,9%

(i) A Companhia não identificou indicadores de não recuperação para seu ativo imobilizado.

13 Intangível

Os detalhes do ativo intangível da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

Custo	Controladora		
	Software	Marcas, Direitos e Patentes	Totais
Saldos 31 de dezembro de 2010	8.631	16.688	25.319
Adições	3.849	-	3.849
Baixa	(188)	-	(188)
Transferência	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2011	12.292	16.688	28.980
Adições	-	-	-
Cisão AMZ	(2.880)	-	(2.880)
Transferência	1.558	-	1.558
Saldos 31 de dezembro de 2012	10.970	16.688	27.658
Amortização	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2010	(7.491)	(11.603)	(19.094)
Amortização do exercício	(193)	(1.383)	(1.576)
Transferência	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2011	(7.684)	(12.986)	(20.670)
Amortização do exercício	(394)	(922)	(1.316)
Cisão AMZ e Baixa	2.877	-	2.877
Transferência	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2012	(5.201)	(13.908)	(19.109)
Valor residual			
Saldos 31 de dezembro de 2012	5.769	2.780	8.549
Saldos 31 de dezembro de 2011	4.608	3.702	8.310
Saldos 31 de dezembro de 2010	1.140	5.085	6.225
Taxa média de amortização anual	0,5%	0,5%	0,5%

	Consolidado			
Custo	Software	Marcas, Direitos e Patentes	Ágio	Totais
Saldos 31 de dezembro de 2011 não consolidado	12.292	16.688	-	28.980
Adições	2.733	-	-	2.733
Aquisição de controlada	-	-	8.804	8.804
Baixa	-	-	-	-
Transferência	1.558	-	-	1.558
Mais valia na combinação de negócio	3.115			3.115
Saldos 31 de dezembro de 2012	19.698	16.688	8.804	45.190
Saldos 31 de dezembro de 2011 Não consolidado	(7.684)	(12.986)	-	(20.670)
Amortização do exercício	(694)	(922)	-	(1.616)
Baixa	950	-	-	950
Transferência	-	-	-	-
Mais valia na combinação de negócio	(961)	-	-	(961)
Saldos 31 de dezembro de 2012	(8.389)	(13.908)	-	(22.297)
Valor residual				
Saldos 31 de dezembro de 2012	11.309	2.780	8.804	22.893
Saldos 31 de dezembro de 2011	4.608	3.702	0	8.310
Taxa média de amortização anual	0,5%	0,5%	0%	0,5%

A Companhia não identificou indicadores de não recuperação para os intangíveis.

14 Empréstimos e financiamentos

Instituição Financeira	Encargos	Garantias	Vencimento	Controladora	
				/ Consolidado	Controladora
				31/12/2012	31/12/2011
Banco do Brasil Intern.	(i) Libor+1,90a.a.	Nota Promissória	31/05/2013	56.741	28.628
Banco Bradesco N.Y.	(ii) Libor+0,75%a.a.	Nota Promissória	16/03/2013	20.442	10.748
Banco do Brasil (C. Giro)	(iii) 123%CDI	Fiador	28/03/2013	15.432	-
BNDES	(a) TJLP+2,12%a.a	Imóveis	15/10/2017	74.194	74.199
Banco Bradesco Europa	(b) Libor+3,25%a.a	Nota Promissória	24/11/2017	134.484	60.932
Duplicatas Descontadas	- 1,29%a.m	-	31/01/2012	-	12.683
				301.293	187.190
Passivo circulante				123.788	63.889
Parcela não circulante				177.505	123.301

- (i) Em junho de 2011, a Companhia celebrou com o Banco do Brasil, o contrato de abertura de linha de crédito (Master Import Finance Agreement), no valor de US\$ 15.276 mil, para financiar aquisição de máquinas e equipamentos, sendo que em agosto de 2012 foi celebrado novo contrato no valor de US\$12.171 mil.
- (ii) Em setembro de 2011, a Companhia celebrou com o Banco Bradesco S.A, o contrato de abertura de linha de crédito (Import Finance Facility), no valor de US\$ 5.662 mil, para financiar aquisição de máquinas e equipamentos. Este contrato possui cláusulas de compromissos não financeiros. No Banco Bradesco S.A. a Companhia contratou uma linha de capital de giro no valor de R\$9.913.
- (iii) Em setembro de 2012, a Companhia celebrou com o Banco do Brasil, o contrato de abertura de linha de crédito (Capital de giro), no valor de US\$ 15 mil.

f. BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

No exercício de 2010, a Companhia adquiriu uma linha de crédito junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$ 84.100. Em abril de 2012, foi disponibilizado o saldo remanescente de R\$ 500, completando os R\$ 84.100 tomados durante este período.

Esse financiamento tem como finalidade a expansão e a construção de uma nova unidade industrial para produção dos filmes de polipropileno bio-orientado (BOPP) e filme de polietileno tereftalato bi-orientado (BOPET), além da aquisição de máquinas e equipamentos nacionais. Os imóveis dado em garantia somam o valor de R\$ 113.669.

g. Banco Bradesco

Em fevereiro de 2011, a Companhia contratou uma linha de crédito junto ao Banco Bradesco Europa no montante de EURO 57.999 mil. Essa linha de crédito tem por característica o financiamento direto da Andritz, fornecedor responsável pela entrega à Companhia de máquinas e equipamentos para a nova linha de produção de BOPP. Até 31 de dezembro de 2012, o Banco Bradesco Europa havia liberado o montante de EURO 49.335 mil.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

	Controladora / Consolidado 31/12/2012	Controladora 31/12/2011
2013	-	19.412
2014	45.657	32.994
2015	45.657	32.994
2016	45.657	26.846
2017	40.534	11.055
	<hr/>	<hr/>
Passivo não circulante	<u>177.505</u>	<u>123.301</u>

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012
Fornecedores nacionais	4.386	13.262	9.339
Fornecedores distribuídas	-	122	1.307
Fornecedores estrangeiros	164.522	130.838	165.208
Fornecedores partes relacionadas (Nota 28)	19	-	555
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	<u>168.927</u>	<u>144.222</u>	<u>176.409</u>

16 Cessão de direitos autorais

	Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012
Som Livre	-	-	46.000
S&D	-	-	11.625

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2012	2011	2012
Vinny Filmes	-	1.041	889
EMI	-	(22)	5.968
LW	-	1.544	827
Europa	-	6.646	5.934
Universal	-	-	6.453
Bretz Filmes	-	-	63
Warner	-	100.726	57.215
Sony Pictures	-	-	25.320
Paramount	-	35.883	52.871
Fox	-	9.054	49.976
Videofilmes	192	545	192
Columbia	-	27.051	-
Duplicatas Incobráveis	-	(10.714)	(20.153)
Outros	-	2.467	(6.175)
	<u>192</u>	<u>174.221</u>	<u>237.005</u>

Para a consecução de seus objetivos sociais, especificamente na fabricação de soluções para a indústria fonográfica e cinematográfica, são firmados contratos de licenciamento (cessão de direitos) para a concessão de direitos autorais e direitos de reprodução e duplicação de CDs e DVDs, entre outros. Em contraprestação, a Companhia paga às licenciadoras remunerações calculadas sobre os resultados obtidos nas vendas dos produtos. Adicionalmente, são pagas também, para alguns casos, despesas com serviços de marketing e vendas.

As duplicatas incobráveis referem-se a clientes das empresas relacionadas na nota, que estão em atraso, assim este valor é abatido do valor a ser repassado. Estas perdas são calculadas com o mesmo critério das perdas de provisão para crédito de liquidação duvidosa. O valor registrado em outros refere-se a adiantamentos que, recebidos, são abatidos do repasse.

17 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Controladora no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais, pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Provisão para contingências	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010				
Controladora	26.523	5.852	608	32.983
(+) Complemento de provisão	6.852	1.351	33	8.236
(-) Baixa provisão	(22.722)	(5.459)	(112)	(28.293)
Saldos em 31 de dezembro de 2011				
Controladora	10.653	1.744	529	12.926
(+) Complemento de provisão	1.041	317	73	1.431
(-) Baixa provisão	(249)	(308)	(16)	(573)
Saldos em 31 de dezembro de 2012				
Controladora / Consolidado	11.445	1.753	586	13.784

Os principais processos são comentados a seguir:

Processos tributários

A provisão para contingências tributárias no montante de R\$ 11.445 refere-se, substancialmente, à contestação pela Companhia da cobrança de PIS e COFINS sobre receitas auferidas na Zona Franca de Manaus, e diversos autos de infração relacionados à ICMS.

A Companhia figura no polo passivo em processos judiciais ou administrativos, que envolvem outros tributos, tais como PIS, IPI, ICMS, IR, contribuições previdenciárias, no valor total de R\$3.766, cujo prognóstico é de perda possível, e não estão provisionados.

Processos trabalhistas

A provisão para contingências trabalhistas corresponde a perdas estimadas com base em análise individual de 122 processos de reclamações trabalhistas, principalmente relacionados a horas extras.

A Videolar figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$1.753, para os quais a perda é provável e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$6.694, para os quais a perda é considerada possível, e não estão provisionados.

Processos cíveis A provisão para contingências cíveis corresponde a perdas estimadas relativas a 46 processos envolvendo principalmente discussões comerciais, sendo a principal delas destacada abaixo:

Banco Fortis

Em junho de 2008, a Companhia contratou uma linha de crédito junto ao Banco Fortis no montante de EURO 20.400 mil. Essa linha de crédito tinha por característica o financiamento direto do Banco Fortis à Darlet Merchant Technologies S.A. (“Darlet”), fornecedor responsável pela entrega à Companhia de máquinas e equipamentos para a nova linha de produção de BOPP.

Até 31 de dezembro de 2009, o Banco Fortis havia liberado o montante de EURO 15.811 mil para pagamento à Darlet.

Em março de 2010, a Companhia foi notificada sobre o processo judicial de falência do fornecedor Darlet. No segundo semestre de 2009 o Banco Fortis Bank NV/AS foi adquirido pelo Banco BNP Paribas.

Em 31 de janeiro de 2011, o Banco BNP Paribas encaminhou uma carta solicitando o pagamento da primeira parcela no valor de EURO 1.695mil. por meio dos seus assessores jurídicos na França, Sonier & Associates, a Companhia rejeitou o pedido de pagamento levando em consideração que todos os adiantamentos pagos por 5 anos Fortis para Darlet foram feitos em violação do Acordo de Crédito não havendo portanto, nenhuma obrigação de pagamento dos adiantamentos realizados para o Banco BNP Paribas. Essa rejeição é baseada no artigo 5 do Acordo de Crédito, nos termos do qual o credor, ou seja, o Fortis deveria fazer adiantamentos para a Companhia por meio do pagamento para a Darlet.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia, suportada pela opinião legal de seus assessores jurídicos, efetuou os seguintes ajustes contábeis:

	31/12/2010
Baixa do adiantamento a fornecedor em função da falência decretada	(43.858)
Baixa do passivo devido à probabilidade de desembolso ao Banco Fortis ser remota	36.163
Perda líquida reconhecida em outras despesas operacionais	(7.695)

Em novembro de 2011, a Videolar foi notificada quanto a abertura de processo de arbitragem na International Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce (“ICC”), em Paris, na França, visando a cobrança dos recursos liberados e dos juros incorridos no período, os quais foram estimados em EUR 18.715 mil.

Conforme opinião dos assessores jurídicos, a Videolar possui bons argumentos a serem apresentados no processo de arbitragem, sendo as chances de êxito deste processo avaliadas como possíveis. O processo de arbitragem está em fase de instrução.

A Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$586, para os quais a perda é provável e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 3.032, para os quais a perda é considerada possível.

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2011	Adições	Baixas	31/12/2012
Depósitos judiciais				
Tributárias	42.480	335	(26.846)	15.969
Trabalhista	397	358	(292)	463
Cíveis	27	-	(16)	11
	42.904	693	(27.154)	16.443

A Companhia após o ingresso com o Mandado de segurança nº 2006.32.00.005991-8, referente a exclusão do ICMS da Base do PIS/COFINS, foi realizando depósitos em juízo de 02/2008 a 11/2011, data esta que obteve êxito no referido instrumento judicial. Em abril de 2012 os valores foram resgatados.

18 Investimentos a pagar

Controladora e Consolidado

Valor da contraprestação	47.500
Pagamentos efetuados no exercício de 2012	<u>(11.875)</u>
	35.625
Passivo circulante	<u>23.750</u>
	11.875
	<u>11.875</u>

Conforme descrito na nota 2 – Combinação de negócios – A compra do controle da AMZ Mídia Industrial S.A., em abril de 2012 foi firmada por meio de o contrato cujo montante de R\$ 47.500, será pago pela Companhia ao ex-proprietário Microservice Tecnologia Digital do Amazônia Ltda. em 24 parcelas fixas de R\$1.979.

19 Royalties a pagar

Em 31 de dezembro de 2012, consta registrada uma provisão de R\$ 6.107 na Videolar e R\$ 662 na controlada AMZ referentes aos contratos de Royalties.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

- (i) Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia está representado por 561.706 ações ordinárias, 219.376 ações preferenciais classe “A”, totalizando 781.082 ações.
- (ii) As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembleia geral.

Em setembro de 2011 a Companhia foi comunicada quanto a autorização de liberação de recursos do Finam, pelo Banco da Amazônia no montante de R\$8.424 referentes a incentivos fiscais da International Paper do Brasil Ltda relativos à projeto de titularidade da Videolar.

Foram emitidas 14.538 ações, preferenciais classe B, sem valor nominal, no valor de R\$8.424 em favor da International Paper do Brasil Ltda., as quais foram registradas como reserva de ágio na emissão de ações, cuja capitalização foi aprovada em abril de 2012.

Em novembro de 2011, essas ações emitidas foram adquiridas pela Videolar, mediante o pagamento de R\$2.263.

O Saldo das ações em tesouraria foi cancelado em 30 de abril de 2012.

No decorrer do exercício a Companhia emitiu ações, aumentando seu capital no montante de R\$ 113.667 (Composto por R\$ 105.243 de aumento de capital e R\$ 8.424 de capitalização ágio emissão ações AGO/AGE 04/2012), os quais exceto pelo montante de R\$ 19.376, foram integralizados até 31 de dezembro de 2012.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de custo atribuído (deemed cost), líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos foram registrados em contrapartida da rubrica de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, em 1º de janeiro de 2009, e são realizados, líquidos de impostos, quando da depreciação ou venda dos ativos.

c. Reserva legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital, o que ainda não ocorreu, pois o saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.318.

d. Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. O cálculo do dividendo mínimo obrigatório está abaixo demonstrado:

	RS
Lucro líquido do exercício de 2012	34.256
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(1.717)
(-) Lucro do período de 01/01/2012 a 31/05/2012 - cindido (*)	(15.909)
(-) Cancelamento de estoque de ações AGE 08/2012 (**)	(2.896)
(+) Realização de avaliação patrimonial	245
(-) Incentivos Fiscais	(13.982)
Base de cálculo de dividendos	-

(*) Valores destinados para aporte na cisão de acordo com a AGE 05/2012.

(**) Valor parcial do cancelamento de ações conforme AGE 08/2012, sendo que o restante do saldo foi deduzido da reserva de lucro de períodos anteriores.

Dividendos da controlada:

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 18/04/2013, foi aprovada a distribuição dos lucros da reserva de retenção de lucros no montante total de R\$ 13.000 ao acionista Videolar, dos quais R\$10.000 já haviam sido adiantados em 28 de novembro de 2012 e R\$3.000 foram pagos em 27 de fevereiro de 2013, sendo que essa última parcela está contabilizado como passivo em 31 de dezembro de 2012.

21 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012
Receita de vendas			
Receita operacional bruta	901.011	1.023.141	1.212.102
Impostos sobre as receitas	(78.823)	(109.699)	(131.137)
Devoluções	(34.915)	(27.459)	(42.064)
Receita operacional líquida	787.273	885.983	1.038.901

22 Custos das vendas

	Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012
Custo dos produtos vendidos	(624.788)	(537.177)	(703.591)
Custo de serviços aplicados	(1.168)	(3.748)	(1.168)
Despesas com direitos autorais	(21.416)	(157.227)	(152.350)
Consumo de materiais	-	-	-
Outros	(29.264)	(34.272)	-
	<u>(676.636)</u>	<u>(732.424)</u>	<u>(857.109)</u>

23 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012
Despesas de folha de pagamento	37.425	35.037	51.103
Depreciação	11.044	20.451	14.630
Energia elétrica	8.231	6.720	9.831
Impostos e taxas	5.095	3.346	5.838
Provisões	2.602	2.554	2.816
Honorários advocatícios	1.920	534	2.117
Conservação de ativos	4.854	4.390	5.298
Despesas de viagens	1.676	1.166	1.843
Fretes e carretos	17.702	16.565	24.764
Outros	12.240	10.800	18.508
	<u>102.789</u>	<u>101.563</u>	<u>136.748</u>

24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012
Recuperação de tributos	75.921	27.015	75.921
Ganhos com sinistro	5.800	-	5.800
Receita de locação	4.996	2.611	4.996
Venda de sucata	3.282	2.997	3.465
Outros	(238)	61	(7.145)
	<u>89.761</u>	<u>32.684</u>	<u>83.037</u>

A recuperação de tributos refere-se basicamente a Créditos provenientes do mandato de segurança 2006.32.00.005991-8 que trata da exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS.

25 Receita (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012
Receitas financeiras			
Juros e ganhos em aplicações financeiras	397	1.393	1.057
Variação monetária	2.483	-	2.483
Outros	855	162	1.716
	<u>3.735</u>	<u>1.555</u>	<u>5.256</u>
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos	(4.730)	(1.688)	(4.733)
Descontos concedidos	(385)	(324)	(7.406)
Despesas bancárias	(3.131)	(1.831)	(3.387)
Outras	(574)	(480)	(574)
	<u>(8.820)</u>	<u>(4.323)</u>	<u>(16.100)</u>
Variações cambiais, líquidas			
Variações cambiais ativas	44.951	22.252	45.034
Variação cambial passiva	(66.953)	(39.294)	(67.002)
	<u>(22.002)</u>	<u>(17.042)</u>	<u>(21.968)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(27.087)</u>	<u>(19.810)</u>	<u>(32.812)</u>

26 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora/ Consolidado	Controladora
	2012	2011
Provisão para perdas de ativos	13.003	14.015
Provisão para contingências	4.130	3.838
Prejuízo fiscal	-	8.480
Outras provisões	1.374	3.902
Demais diferenças temporárias	-	1.927
	<u>18.507</u>	<u>32.162</u>
Subtotal Ativo	<u>18.507</u>	<u>32.162</u>

	Controladora/ Consolidado	Controladora
	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes na adoção dos CPCs:		
Valor justo dos edifícios e terrenos	(41.190)	(40.938)
Revisão da vida útil dos ativos imobilizados	(17.005)	(20.124)
	(58.195)	(61.062)
Subtotal Passivo		
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivo, líquido	(39.688)	(28.900)

O imposto de renda e a contribuição social diferido são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora	Controladora
Descrição	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e contr. Social	45.043	14.194
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	(15.315)	(4.826)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada		
Equivalência Patrimonial	(4.304)	-
Adições permanentes	15.225	(492)
Incentivos de Subvenções	(15.364)	-
Outros	8.970	4.924
	(10.787)	(394)
Alíquota efetiva	24%	3%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(10.787)	(394)

c. Impostos de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012
Imposto de renda	2.206	2.772	2.206
Contribuição social	2.001	2.321	2.282
	4.207	5.093	4.488

d. Regime tributário de transição

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (“RTT”) instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007.

Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.941/09 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 – Tributos sobre o lucro. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (“DIPJ”) no ano de 2009.

27 Informações sobre partes relacionadas

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, foi fixada em até R\$ 2.000 conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2012.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 1.040 (R\$1.296 em 2011).

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

A Administração efetuou transações com partes relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora - 2012		
	Ativos	Passivos	Vendas/ Compras
AMZ Mídia Industrial S.A.	7.489	(1.048)	2.959
M.L. Parisotto EPP	535	-	5.750
Microservice Tecnologia Digital da Amazônia Ltda	8.724	(35.625)	35.349
	16.748	(36.673)	44.058

	Consolidado - 2012		
	Ativos	Passivos	Vendas/ Compras
AMZ Mídia Industrial S.A.	-	-	-
M.L. Parisotto EPP	535	-	5.750
Microservice Tecnologia Digital da Amazônia Ltda	18.166	(62.706)	35.349
	18.701	(62.706)	41.099

	Controladora - 2011		
	Ativos	Passivos	Vendas/ Compras
AMZ Mídia Industrial S.A.	-	-	-
M.L. Parisotto EPP	490	-	3.715
Microservice Tecnologia Digital da Amazônia Ltda	-	-	-
Lirio Albino Parisoto	138	-	-
	628	-	3.715

	Controladora		Consolidado
Ativo	2012	2011	2012
Clientes (Nota 8)	11.446	-	18.701
Estoque	2.302	-	-
Outras contas a receber	-	628	-
Dividendos a receber	3.000	-	-
Total de ativos	16.748	628	18.701

	Controladora		Consolidado
Passivo	2012	2011	2012
Fornecedores (nota 15)	(19)	-	(555)
Outras obrigações	(1.029)	-	-
Direitos autorais a repassar	-	-	(9.442)
Investimentos a pagar	(35.625)	-	(35.625)
Dividendos	-	-	(17.084)
	(36.673)	-	(62.706)

As transações acima foram efetuadas conforme condições contratuais estabelecidas entre as partes.

28 Instrumentos financeiros

A Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologia exigem considerável julgamento e estabelecimento de estimativa para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação.

Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor de mercado ou o valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta Nota ocorreu em razão de sua materialidade.

Aqueles instrumentos cujos valores contábeis se aproximam do valor justo e cuja avaliação de risco é irrelevante não estão mencionados.

De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, o potencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, podemos destacar os seguintes:

a. Risco de crédito

A Companhia pode incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de mercadorias. Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais perdas na realização de contas a receber.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

	Consolidado		Controlada
	2012	2011	2012
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	67.931	23.108	30.076
Clientes	306.953	261.674	97.389
Outros recebíveis	14.973	9.066	13.791
	389.857	293.848	141.256

A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Com relação à estimativa de perda para liquidação duvidosa, o detalhamento está contido na Nota Explicativa nº 8 - Contas a Receber de Clientes.

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da empresa não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle de liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente, de modo a garantir que a geração operacional e a captação prévia de recursos, sejam suficientes para a manutenção de seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

c. Risco de taxa de câmbio

A Companhia possui alguns fornecedores e empréstimos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos desses passivos. A Companhia não tem qualquer instrumento derivativo para minimizar esse risco.

d. Análise de sensibilidade

Sensibilidade à taxa de juros

Risco a taxa de juros é o risco a flutuação da taxa de juros de mercado. A exposição da Companhia decorre do financiamento, corrigido pela TJLP, e das aplicações financeiras que são atualizadas pelo CDI. A variação desfavorável na taxa de juros pode afetar negativamente as receitas e despesas financeiras.

Sensibilidade à taxa de câmbio

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a obrigações obtidas junto com a instituições financeiras.

A Companhia não tem qualquer instrumento derivativo para minimizar esse risco, bem como monitora continuamente a volatilidade das taxas de câmbio.

Para as operações cambiais com risco de flutuação do dólar, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2012 de R\$2,0435 por US\$1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- Cenário 1: (25% de desvalorização do real);
- Cenário 2: (50% de desvalorização do real);
- Cenário 3: (25% de valorização do real); e
- Cenário 4: (50% de valorização do real).

Risco: Flutuação do dólar:

Consolidado					
	Valor de referência US\$	Receita (Despesa) com Variação Cambial			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
	2,0435	1,5326	1,0218	2,5544	3,1674
Empréstimo Bradesco	10.003	15.331	10.221	25.551	31.684
Empréstimo B.Brasil	7.552	11.574	7.716	19.291	23.920
Fornecedores					
Estrangeiros	72.293	110.798	73.865	184.663	228.983

Para as operações cambiais com risco de flutuação do EURO, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2012 de R\$2,6954 por EUR \$1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- Cenário 1: (25% de valorização do real);
- Cenário 2: (50% de valorização do real);
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real); e
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real).

Risco: Flutuação do euro:

Consolidado					
	Valor de referência Euro	Receita (Despesa) com Variação Cambial			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
	2,6954	2,0216	1,3477	3,3693	4,1779
Empréstimo Bradesco	49.894	100.863	67.242	168.105	208.451
Fornecedores					
Estrangeiros	5.811	11.747	7.831	19.579	24.278

e. Risco de mercado

Os resultados da Companhia são suscetíveis de sofrer variações, pois parte de seu passivo são denominados em moeda estrangeira, principalmente o dólar norte-americano e o euro.

(i) Estratégia de gerenciamento de risco de mercado

		Consolidado		Controladora	
		2012		2011	
		Valor nominal moeda estrangeira	R\$	Valor nominal moeda estrangeira	R\$
Empréstimo Bradesco	USD	10.003	20.442	5.729	10.748
Empréstimo B.Brasil	USD	27.767	56.741	15.368	28.828
Fornecedores Estrangeiros	USD	72.208	147.557	51.663	96.877
Empréstimo Bradesco	EURO	49.894	134.484	25.031	60.932
Fornecedores Estrangeiros	EURO	5.811	15.663	9	22
Fornecedores Estrangeiros	CHF	(5)	(11)	18	35

Os ganhos e perdas envolvendo essas operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de resultado financeiro.

A Companhia não tem nenhum instrumento derivativo para minimizar esse risco, bem como monitora continuamente a volatilidade das taxas de câmbio

f. Mensurações de valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil. A tabela abaixo é uma comparação por classe do valor contábil e seu valor justo (“Fair Value”):

	Valor contábil		Valor justo	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	61.112	23.108	61.112	23.108
Aplicações financeiras	6.819	-	6.819	-
Contas a receber	306.953	261.674	306.953	261.674
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	4.488	5.093	4.488	5.093
Impostos a recuperar	69.720	4.803	69.720	4.803
Total	449.092	294.678	449.092	294.678
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	301.293	187.190	301.293	187.190
Fornecedores	176.409	144.222	176.409	144.222
Obrigações fiscais	5.986	7.402	5.986	7.402
Total	483.688	338.814	483.688	338.814

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas e negociar.

A Companhia Videolar usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

g. Gerenciamento de capital

Um dos objetivos da administração da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	Consolidado	Controladora
	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e Financiamentos	301.293	187.190
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(61.112)	(23.108)
Dívida Líquida (Caixa líquido das dívidas)	240.181	164.082
Patrimônio Líquido	673.785	562.953
Patrimônio Líquido e dívida líquida	913.966	727.035

29 Cobertura de seguros

Tipo de cobertura	Valor total segurado
Danos patrimoniais e perdas de receita	300.000
Responsabilidade civil	15.000
Seguro de cargas	9.300
Vida	480

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

30 Arrendamentos operacionais

Os compromissos referem-se, basicamente, a contratos de locação de imóveis como apartamentos para uso de funcionários e projetos, locação do Centro de Distribuição e do Duto instalado entre o porto da Petrobras até a Videolar levando o monômero de estireno para dentro dos silos na unidade IV em Manaus.

Os contratos de locação de equipamentos referem-se à locação de cilindro para nitrogênio, locação de empilhadeira da unidade III e locação de firewall, roteadores e servidor.

Abaixo o quadro com os vencimentos dos contratos e previsão de renovação:

	Valor Aluguel Mensal (R\$)	Vencimento do Contrato
Imóveis		
Apto Portal da Cidade, 1700.	2	30/07/2013
Máquinas e Equipamentos		
Petrobrás	25	21/12/2012
Ozonio Telecomunicações	4	Indeterminado
WhiteMartins	3	Indeterminado

Os desembolsos dos compromissos de locações previstos para os próximos anos, considerando a renovação dos contratos vincendos, são:

2013	408
2014	408
2015	408

31 Eventos subsequentes

Em 28 de janeiro de 2013, foi efetuada a integralização do capital no montante de R\$ 19.376.

Em junho de 2013 a companhia firmou um contrato de abertura de crédito (FINIMP), com o Banco do Brasil, no valor de US\$ 17.012 com prazo de 180 dias. Também renovou os contratos já existentes em 31 de dezembro de 2012, sendo US\$ 27.446 de FINIMP e R\$ 15.000 para capital de giro, ambos com prazo de 180 dias.

A companhia renovou a linha de crédito (FINIMP), com o Bando Bradesco, no valor de US\$ 9.900 em fevereiro de 2013, além de ter uma nova linha no valor de US\$16.847, ambas com vencimento para 180 dias.

Foi adquirida uma nova linha de crédito em fevereiro de 2013, com o BNDES, no montante de R\$25.000 com prazo de 5 anos para pagamento, com o objetivo de financiar a expansão da linha de BOPP e das linhas de Chapas PP e PS.

A Companhia firmou contrato com o Banco Bradesco Europa, para a liberação do montante de EURO 2.128 para aquisição de máquinas e equipamentos para as novas linhas de produção do BOPP. O prazo final para quitação será em 2017.

* * *

Diretoria

Lírio Albino Parisotto - Diretor-presidente
Carmo Bernardi Caparelli – Diretor de operações
Valmir Franco – Diretor residente
Claudio Rocha Filho – Diretor comercial

Conselho de administração

Lírio Albino Parisotto
Elie Linetzky Waitzberg
Tanis Maris Vanin Parisotto

Contador

Fabricio Santos Debortoli
CRC SC 25.570/O-0